



Uma história do pensamento político e social brasileiro: entre o “estado patrimonialista” e a “ação das massas”¹

WEFFORT, F. C. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*.

São Paulo: Ática, 2006. 360p.

FAORO, R. *A república inacabada*. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato.

São Paulo: Globo, 2007. 291p.

DIOGO DA SILVA ROIZ

Doutorando em História (UFPR)

Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Amambai, Brasil

diogosr@uems.br

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO político e social brasileiro, embora tenha voltado a ser muito pesquisada, continua sendo um tema em permanente construção e reconstrução. Basta que constatemos seu desenvolvimento ao longo do tempo: a) de 1838 a 1930, com a definição do objeto no século XIX, em função da organização do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, e de seus congêneres estaduais, o que permitiu a organização e catalogação de fontes e o empreendimento de estudos (alguns de caráter esparso) que primavam pela análise das “três raças”: o branco, o índio e o negro (embora os dois últimos permanecessem marginais); b) de 1930 a 1964, com a retomada dos estudos sobre o “povo brasileiro”, de modo a “redescobrir o Brasil e a sua história”, com o ingresso das “massas” no interior de parte destas análises; c) de 1964 a 1985, quando houve, com o Regime Militar, um recuo dos estudos monográficos sobre a história do pensamento político e social brasileiro, que passaram a ser produzidos com o surgimento das primeiras universidades no país, a partir da década de 1920, e uma volta do “estilo ensaístico”, tendo-se como base os trabalhos elaborados entre os anos 1930 e 1950; d) de 1986 a 1999, período marcado por um momento de (re)interpretação dos estudos “clássicos” sobre a história do pensamento político e social brasileiro, em função do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais e em História, retomando a análise de autores, obras e momentos históricos; e) e de 2000 para cá, com as comemorações dos “500 anos de descobrimento da América Portuguesa”, a reimpressão de obras esgotadas, de autores e livros clássicos (conhecidos ou esquecidos), e a continuação da produção de histórias sobre o pensamento político e social brasileiro, com estudos monográficos, ensaios, resenhas e comentários de autores e obras (Ricupero, 2007; Brandão, 2007; Botelho; Schwarcz, 2009).

Evidentemente, tal síntese sobre a história da história do pensamento político e social brasileiro tem apenas um perfil didático, porque

1. Trabalho originalmente apresentado como conclusão da disciplina: *História, Cultura e Poder II*, ministrada pela Profa. Dra. Marionilde Brepohl de Magalhães, no curso de doutorado em História da UFPR.

não leva em consideração um conjunto de circunstâncias e de questões que a tornam muito mais densa e complexa (Bresciani, 2005), o que faz com que os períodos não sejam nem tão distintos, nem tampouco marcados apenas por rupturas. Até porque os temas e as análises acerca da história do pensamento político e social brasileiro revelam que ele foi muito mais caracterizado pela dialética entre ruptura e continuidade, do que somente por ruptura ou continuidade – de temas, objetos, obras e autores. É o caso das obras de Raymundo Faoro e de Francisco Weffort, como veremos abaixo.

De um Estado patrimonialista...

A obra de Raymundo Faoro (1925–2003)² foi produzida entre momentos de democratização, censura, ditadura e de redemocratização, entre as décadas de 1950 e 1990. Talvez por isso, um traço marcante em seu estilo e em seus livros tenha sido o “pessimismo” pela vitória, ao longo da história, de um “estado patrimonialista” organizado pelas elites, e de um “otimismo” latente pela possibilidade de sua dissolução, por meio da organização das “massas” e de uma “ação democrática”. Para Bernardo Ricupero, Faoro seguiria em vários pontos a interpretação de Max Weber (1864–1920), mas, ao contrário do mestre alemão, que insistiu na afinidade entre calvinismo e capitalismo, este teria dado maior atenção à “precedência do capitalismo pelo feudalismo”, cujo nexos seria “a chave da excepcionalidade portuguesa e depois brasileira”, porque a “experiência de dominação tradicional da metrópole praticamente não teria conhecido feudalismo, tendo sido quase imediata a transição do patriarcalismo para o patrimonialismo” (Ricupero, 2007a, p. 160).

Em seus livros *Os donos do poder* (1. ed. de 1958, 2. ed. de 1975, totalmente reformulado e ampliado), *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (de 1975), *Assembleia constituinte: a legitimidade resgatada* (de 1981) e *Existe um pensamento político brasileiro?* (de 1994), essas características são evidentes, por seu autor voltar a argumentos anteriores, refazer caminhos de sua análise e propor novas alternativas para os problemas de sua época. De opinião semelhante é Fábio Konder Comparato, que, em 2007, reuniu os dois últimos livros acima, juntamente com o ensaio “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras” (originalmente publicado em *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, em 1998), no livro intitulado: *A república inacabada*. Neste livro, como dito acima, Faoro retoma as

tensões entre formação de um “estado patrimonialista” e a sua dissolução mediante a ação organizada das “massas”. No prefácio de apresentação dos textos do livro, Comparato (Faoro, 2007, p. 7–24) indica como esta tensão está presente na obra de Raymundo Faoro, segundo a qual o liberalismo permaneceu como uma herança anacrônica na história do pensamento político brasileiro, uma vez que as elites o teriam utilizado para seus próprios fins, com vistas a excluir opções democráticas, e a incluir as massas nas reformas políticas e econômicas.

Em seu livro *Existe um pensamento político brasileiro?*, cuja primeira parte, com o mesmo título, foi apresentada e publicada no Instituto de Estudos Avançados em 1987, Raymundo Faoro retoma alguns temas que desenvolveu nos livros *Os donos do poder e Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Nele, volta-se para a formação do pensamento político brasileiro, o qual, para ele, foi sempre interrompido pelo forte arcabouço desenvolvido pelo estado patrimonialista brasileiro, herdado de Portugal com a colonização e mantido, depois, com a Independência do país. Desse modo, o “pensamento político brasileiro, na sua origem, é o pensamento político português” (p. 46), ou dito de outro modo, o pensamento político brasileiro foi suplantado pela ação do estado patrimonialista, de base portuguesa. Para ele, Portugal já havia enfrentado esse dilema no século XIV, quando a “revolução democrática” de Avis (em 1385) foi arrefecida pela ação dos fidalgos e da monarquia portuguesa, e a sua restauração ao poder trouxe consigo a formação de uma estrutura patriarcal, que constituirá, em seguida, o estado patrimonialista português.

De igual modo, sua estrutura foi transplantada para os trópicos, que passaram a readaptá-lo na América Portuguesa, sobre a base do que se tornará o Brasil independente nas primeiras décadas do século XIX. Por isso mesmo, o Liberalismo permaneceu como uma herança anacrônica nos trópicos, de modo a se configurar em tensões e contradições entre a liberdade e a escravidão, a democracia e a monarquia, o comércio e a política. Não foi por acaso que o “*elemento nacional* [compôs] a corrente emancipacionista, larvarmente nativista, preso à crise do sistema colonial” (Faoro, 2007, p. 79). E o “Liberalismo não conseguiu alterar a estrutura do Estado, instituindo um Estado protetor de direitos”, porque este “não é o Liberalismo como *consciência possível*, vinculado à descolonização” (p. 99 e 102), mas sim aquele que manteve os compromissos monárquicos – “o liberalismo como tática absolutista” (p. 107). É este o “esquema que será posto em marcha, ora como coluna principal, ora como expediente subsidiário no Constitu-

2. Originário de Vacaria, no Rio Grande do Sul, filho de agricultores de origem italiana e formado em direito, exerceu durante anos a profissão, dedicando-se ainda ao estudo da História, da Sociologia e da Política nacional e internacional (Ricupero, 2007, p. 155-180).

cionalismo brasileiro”, uma vez que se tratava “do modo comum de pensar, numa geração formada na atmosfera absolutista, arejada pelo Iluminismo e as reformas pombalinas” (p. 108). Daí não ser sem razão o autor questionar que a peculiaridade do pensamento político brasileiro foi tentar agregar o liberalismo, sem ser adequadamente liberal, e, além disso, manter uma estrutura hierárquica excludente e desfavorável a alternativas democráticas. Se o fosse, o “Estado seria outro, não o monstro patrimonial-estamental-autoritário que está vivo na realidade brasileira”, uma vez que da “incongruência da dinâmica do pensamento político, resultou que todas as fases suprimidas se recompõem como substitutos numa realidade absolutista, ainda que reformista, neopombalina em um momento, industrialista em outro, nunca com os olhos voltados para o povo brasileiro, primeiro no respeito aos seus direitos, depois às suas reivindicações sociais” (p. 114).

...a ascensão das massas na história do Brasil e do pensamento político e social

À primeira vista parece inviável a participação das massas na história do Brasil, silenciadas como o eram pelas ações das elites no poder, como o indicou durante muito tempo a história do pensamento político e social brasileiro – até a década de 1930, quando houve uma ‘redescoberta do povo e da nação’, e novas incursões sobre esse tema foram feitas. A produção de Francisco Weffort nos anos de 1960 e 1970 não foge à regra, também sendo devedora desta tradição. Permeada pelo estruturalismo como alternativa teórica na época, conformou sua análise do “populismo brasileiro” (em *O populismo na política brasileira*, de 1978), enclausurando as “massas” sob os grilhões do poder político. No entanto, ao longo dos anos de 1980 e 1990, com a abertura política e o processo de redemocratização no país, o autor foi reavaliando suas interpretações, tanto da democracia (nos livros *Democracia como proposta*, de 1991, e *Qual democracia?*, de 1992) quanto do pensamento político e social (*O que é deputado, Um olhar sobre a cultura brasileira*), e demarcando novas fronteiras e lugares de ação para as massas.

Com o livro *Formação do pensamento político brasileiro*, de 2006, além de reavaliar ideias e personagens da história do país, o autor deixou a opção de um estudo monográfico para se arriscar na elaboração de um ensaio, com vistas a demonstrar o papel ativo das massas ao longo da história do Brasil (Ricupeiro, 2007b, p. 163-65). Seguindo os mesmos critérios

de *Os clássicos da política*, que o autor organizou nos anos de 1980, seu novo livro começa por demarcar algumas peculiaridades da história das ideias no Brasil, em relação à europeia: a) “nossas elites pensaram o Brasil durante muito tempo como um ‘país sem povo’, diante do qual apenas haveria espaço para o branco, sendo índios e negros excluídos dos processos históricos e sociais; b) houve a “emergência tardia do Estado, como realidade e como objeto de pensamento”, o que, não por acaso, Faoro identificou como incorporação da herança portuguesa, (Weffort, não sendo totalmente contrário, não deixará de demonstrar a fragilidade desta argumentação); c) e a “terceira diferença do pensamento político brasileiro vem de sua herança de uma concepção medieval da totalidade da vida social, com sua característica mistura de aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos” (p. 7-8). Afirma o autor:

– Se as circunstâncias históricas permitiram que se formasse, entre nós, um pensamento original, isso não significa que este se coloque fora dos paradigmas ocidentais. Nascemos da última Idade Média europeia, a mesma que abriu o mundo aos tempos modernos, dando origem a uma radical ambiguidade da cultura brasileira, que nunca pôde renegar os estilos da tradição nem evitar inteiramente as vicissitudes e os contenciosos da modernidade. A partir de fins do século XVIII herdamos tinturas liberais de uma cultura erudita francesa. No século XIX imitamos os ingleses na organização política do Império. Mas tudo isso sempre se misturou a um iberismo cultural, mais antigo e mais profundo, ao qual voltamos sempre. Isso ocorreu, por exemplo, na segunda República, a de Vargas, já no século XX. (Weffort, 2006, p. 10)

Estudar a história das ideias no Brasil é, para o autor, “quase obrigatoriamente, um modo de estudar o desenvolvimento de sua sociedade e de sua cultura” (p. 11). O que fará, ao analisar a trajetória (e as obras) de Manuel da Nóbrega, Antônio Vieira, Pombal, José Bonifácio, Bernardo de Vasconcelos, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Hélio Jaguaribe, e tantos outros. De acordo com ele, o encontro entre povos e culturas, provenientes do contato entre portugueses e etnias indígenas, constituíra

[...] a peculiaridade fundamental do pensamento luso-brasileiro: seu tema primordial não vem do rompimento de modos antigos do poder, como na Europa, mas do contato dos europeus com culturas e povos que desconheciam. [...] A indagação sobre a humanidade dos povos conquistados constituirá a primeira raiz desse pensamento brasileiro que se

construirá, ao longo do tempo, cimentado por uma mentalidade de forte herança medieval. (p. 326)

Nesse aspecto, Weffort não é de todo contrário à tese de Faoro, mas não a limita ao transplante do Estado, e sim de todo um modo de agir e pensar dos portugueses, na América Portuguesa, o que deixará raízes profundas sobre a constituição do pensamento político e social no país, mesmo que isso não viesse a impedir a ação ou a incorporação das massas no interior desse discurso. Afirma o autor:

Os temas referentes ao povo e ao Estado formaram o pensamento brasileiro em um processo que atropela as cronologias. À parte o tema do Estado, que se esboça no século XVIII com Pombal e que se acrescenta no século XIX com a Independência brasileira, a única sequência da qual se pode legitimamente falar quanto aos temas referentes ao povo é a da dominância desse ou daquele tema nas diferentes épocas da história. Assim, o tema dos judeus foi dominante na passagem do século XV para o XVI. O dos índios, no século XVI até o XVII. O dos negros, no século XIX. O dos pobres – ou da desigualdade – dominante, a partir das primeiras décadas do século XX. Foram temas coetâneos nas origens do país e se mantiveram ao longo de uma história de séculos na qual se acham as raízes de algumas ambiguidades fundamentais do pensamento e da cultura política. (Weffort, 2006, p. 330)

Parte ainda da premissa, de que dos “anos 1920 aos anos 1950 esses pensadores nos deram a perceber que o grande problema das elites na formação da sociedade brasileira era menos o de criar um povo do que o de reconhecer o povo realmente existente e que, aliás, nessas mesmas décadas, começava a emergir para as luzes do cenário político” (p. 328). Se, contudo, a demarcação do início dessa história das ideias é demarcada pelo o autor com a ação do infante D. Henrique (1394-1460), o Navegador, no

século XV, seu final é abrupto e ocorre de maneira quase inesperada na década de 1950, justamente quando parece haver o auge de sua produção. Justamente sobre essa questão, o autor indica que seria a transição de um tipo de história das ideias para outro, mais aberto e disposto a agrupar as massas e as suas atitudes ao longo da história do país. Mesmo assim, cabe mencionar a lacuna de ter deixado de fora de sua análise, locais como as universidades e os institutos de pesquisa (a exceção do Iseb), em ascensão justamente naquelas mesmas décadas.

Diante do exposto, vale destacar o quanto a história da história sobre o pensamento político e social brasileiro tem avançado e, em certas ocasiões, mantido uma tensão dialética entre progresso e atraso, tradição e modernidade, rupturas e continuidades, criação e apropriação de ideias e instituições, como pôde ser identificado nas análises de Raymundo Faoro e Francisco Weffort.

Referências

- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- FAORO, R. *A república inacabada*. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007.
- RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007a.
- _____. A (re)conciliação com a tradição (Resenha). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 163-165, 2007b.
- WEFFORT, F. C. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.